

A MODERAÇÃO EM TEMPOS DE CÓLERA

Bernardo Kucinski

Professor da Escola de Comunicações e Artes da USP



Fotos: Daniel Garcia

“Nas reformas do primeiro mandato de Lula predominou a agenda do capital financeiro. Uma boa aposta é a de que o segundo mandato aplicará com mais desenvoltura as políticas públicas de favorecimento aos pobres; tentará limitar de modo gradual o poder dos banqueiros; e terá maior presença do Estado. Porém, como não foram propostas mudanças na Lei de Responsabilidade Fiscal e na composição do Conselho Monetário Nacional, mantém-se a ‘rede de aço invisível’. A moderação e o gradualismo de Lula excluem a estratégia da ruptura, adotada por Chávez, Kirchner, Morales e outros líderes”

A aprovação de Lula pela maioria esmagadora do povo pobre do Brasil não eliminou o sentimento de que o primeiro mandato deixou a desejar, não fazendo jus à dimensão épica da vitória de 2002. É verdade que fizemos muito mais do que a grande imprensa quer admitir: enterramos a ALCA, desafiámos o consórcio imperialista em Doha, criámos o grupo dos 20, demos suporte às revoluções democráticas na América Latina; aumentamos substancialmente o salário mínimo e mais ainda o seu poder de compra, criámos o Prouni e o Bolsa Família; levamos “luz para todos”; abrimos espaço para um notável salto de qualidade no protagonismo dos movimentos sociais. Mas tudo isso foi insuficiente para “mudar o Brasil”, para transformar estruturalmente e de modo irreversível nossa sociedade. Faltou o principal: romper o ciclo da estagnação econômica. É isso que se espera de um segundo mandato.¹

No primeiro mandato, apesar da empolgação inicial com o “Fome Zero”, instalou-se um certo desencanto quando ficou claro que o Banco Central havia sido entregue aos banqueiros de porteira fechada. Depois, veio o escândalo do chamado “mensalão”, explorado intensamente pelas elites e pela oposição desejosa de derrubar o governo desse líder operário. Com o ataque massacrante das CPIs e da grande

imprensa, sobreviver acabou sendo um fim em si mesmo, consumindo boa parte das nossas energias.

Foi um primeiro mandato essencialmente defensivo e contraditório: medíocre do ponto de vista gerencial, dramático do ponto de vista político. Na economia predominou o viés recessivo do Banco Central, que o presidente tentava compensar expandindo o crédito ao consumo de baixa renda. No limite, uma política esquizofrênica que cobrou um preço altíssimo para a modesta tarefa de controlar uma inflação já declinante e sem gás, graças à queda do dólar.

Durante quase todo o primeiro mandato, Palocci interditou o debate e o governo manteve-se obediente às categorias criadas pelo FMI para amarrar nossas mãos, como a invenção “Superávit Primário”

Houve expansão do mercado interno, sonho dos antigos “economistas do PT”, mas pequena e às custas do crédito consignado, que ampliou a esfera de influência do capital usurário. Agora, até os mais pobres entre os pobres devem aos bancos.² Nossas exportações adaptaram-se admiravelmente ao avanço dos manufaturados chineses e à queda do dólar com ganhos de produtividade, contrariando os prognósticos catastrofistas do tucanato, mas às custas de salários menores. Não aconteceu a tão temida queda nas exportações, e o déficit nas transações com o exte-

rior virou superávit, mas às custas de um baixo crescimento econômico.³ Todas as economias periféricas alcançaram taxas muito mais altas de expansão do produto.

Perdemos duas grandes oportunidades: a de re-estruturar a dívida interna, sem o que continuamos reféns do mercado financeiro, e a de reestruturar nossa infra-estrutura logística. O governo argumentou que o Brasil caminhava para o abismo e a inflação disparava, perigos que teriam sido neutralizados ao deixarmos o Banco Central nas mãos dos banqueiros. Depois, amainadas as pressões, surgiu a tese de que a “correlação de forças era desfavorável”, como se a própria vitória de Lula em nada tivesse alterado essa correlação.

Durante quase todo o primeiro mandato, Palocci interditou o debate e o governo manteve-se obediente às categorias criadas pelo FMI para amarrar nossas mãos, como essa invenção chamada “Superávit Primário”, que proíbe investimentos, até de empresas estatais com recursos próprios e a necessidade urgente de investir.⁴ O governo se afastou dos intelectuais, como se eles fossem um estorvo, e desprezou até projetos específicos de alta qualidade do Instituto Cidadania, como o Projeto Moradia.

Nas reformas do primeiro mandato predominou a agenda do capital financeiro.⁵ Quando nossas propostas se defrontavam com interesses fortes do campo conservador,

recuávamos. Assim, a resistência dos grandes proprietários à revisão dos parâmetros de produtividade da terra limitou severamente o âmbito da reforma agrária; a resistência dos caciques políticos esvaziou os comitês gestores do Fome Zero. A resistência da Globo levou à derrota das propostas de novas políticas de comunicação social, como a da Ancinav.

Mesmo assim, Lula saiu-se muitíssimo melhor do que o PT, que com os escândalos perdeu praticamente 20 anos de esforço na construção de uma hegemonia ideológica. O PT parece ter crescido eleitoralmente já que elegeu cinco governadores. Mas perdeu toda a classe média. É um outro PT com outra base eleitoral. Pode ser que o voto massivo em Lula das camadas mais pobres e a derrota de oligarquias do Nordeste, entre as quais o carlismo, permitam a construção de um outro tipo de hegemonia, fundada nas camadas populares. Mas sua consolidação é mais difícil, frente ao domínio dos aparelhos ideológicos de Estado pelas elites tradicionais, em especial a mídia.

O segundo mandato começa com uma importante mudança na correlação de forças internas ao governo, devido às quedas de Palocci e de José Dirceu, que o apoiava na maioria dos embates macro-econômicos importantes, assim como as saídas de Gushiken e do presidente do IPEA, Glauco Arbix. O grupo palocista afinado com a ortodoxia moneta-

rista, quase todo originário da antiga Libelu de formação trotskista, desapareceu como pólo articulado de poder dentro do governo, embora sobrevivam alguns de seus integrantes. Essa é a principal diferença entre os núcleos dirigentes do primeiro e do segundo mandato. Foi essa mudança que permitiu o lançamento, ainda que tardio, de pacotes de estímulo à moradia e auto-construção.

Mas ficou um vazio em termos de um pensamento coletivo estruturado, como era o pensamento internacionalista da Libelu, que apenas trocara a “revolução permanente” do camarada Trotsky pela

visão do processo político tornou-se menos ingênua, depois do enfrentamento pesado com as CPIs e com a grande imprensa. O pensamento deu uma guinada à esquerda, graças às influências de Tarso Genro e Marco Aurélio Garcia e ao repúdio público no segundo turno ao modo como foram feitas as privatizações no Brasil.

Também deu-se uma desobstrução parcial nos mecanismos decisórios. Quando perdia uma discussão, o grupo palocista recorria à obstrução burocrática. Na Casa Civil, divergências de natureza estratégica arrastavam-se indefinidamente. Tudo isso acabou. Mas a desobstrução é apenas parcial, porque nem o PT se propôs a criar uma nova centralidade de forças políticas que capitalizasse a vitória espetacular de Lula, satisfazendo-se com o acesso a instâncias do poder, nem o próprio presidente criou

uma mística que justificasse o rompimento da paralisia que afeta hoje o Estado brasileiro.

Sistemas democráticos com divisão de atribuições entre três poderes tendem a impasses e à paralisia. No nosso caso, os impasses se agravaram com a Lei de Responsabilidade Fiscal e o controle do Banco Central, Tesouro e Planejamento pelos neoliberais. Daí o virtual travamento da máquina do Estado, a não aplicação de recursos públicos disponíveis — como o FUST, criado para promover a inclusão digital — e a exasperadora demora na resposta a crises como a da aftosa, na recuperação das estra-

Se há agora um grupo predominante é o dos sindicalistas, representados pelo ministro Luiz Marinho. Se há um pensamento predominante é o da busca do crescimento. O pensamento deu uma guinada à esquerda

globalização permanente do “Deus mercado”. Nesse vazio ideológico, graças também à sua vitória pessoal na campanha sucessória, o presidente se tornou mais autônomo, mais auto-confiante e mais sensível à sua base de apoio sindicalista e ao eleitorado mais pobre que repudiou o golpismo e lhe deu a vitória no segundo turno.

Se há agora um grupo articulado predominante é o dos sindicalistas, representados no governo pelo ministro Luiz Marinho. Se há um pensamento predominante é o da busca do crescimento, a ansiedade por recuperar o tempo perdido. A

das, e na implantação de projetos de integração latino-americana e das Parcerias Público-Privadas.

Só o executivo, nesse tipo de Estado, pode romper o impasse entre os três poderes. Mas diferentemente de Getúlio e de Juscelino, não por acaso citados por Lula como referências, o gradualismo e a moderação de Lula excluem essa alternativa. Não permitem o surgimento de uma mística que justificasse esse rompimento. Nem ela é desejada. O presidente parece ver no gradualismo uma virtude que vai dar seus frutos no longo prazo.

Mas o tempo político brasileiro não tem prazos longos. E como não foram propostas mudanças na Lei de Responsabilidade Fiscal e nem na composição do Conselho Monetário Nacional, mantém-se a “rede de aço invisível” a que o próprio Lula se referiu no seu discurso de posse do segundo mandato.

A questão central é: até que ponto haverá apenas uma correção de rumo, ou o rompimento de padrão que os petistas de 2002 esperavam? Os primeiros movimentos do presidente indicam uma mudança importante de rumo, mas sem rompimento de padrões, ao contrário, uma reiteração da moderação e da negociação como virtudes políticas. A ação negociada deixa de ser casuística e se torna sistêmica, como método científico de governar democraticamente, em contraste com os oito anos de elitismo tucano e de atropelos neoliberais. O que

leva a uma segunda questão: até que ponto é possível “mudar o Brasil” sem um rompimento de padrão? Ou será que a ação intensamente negociada com a sociedade civil e com as forças políticas é em si mesma um rompimento de padrão, só que mais sutil, de menor visibilidade, mas mais eficaz? Isso, só o futuro nos dirá.

O horizonte da economia internacional continua favorável. Uma boa aposta é a de que o segundo mandato do governo Lula aplicará com mais desenvoltura e auto-confiança as políticas públicas de favorecimento aos pobres (mais Prounis e não menos, mais salário mínimo e

uma rede nacional pública de rádio e TV; há uma notável mudança de ânimo da parte do presidente, que já não aceita os “isso não pode” da burocracia palaciana.

Mas em vez de aproveitar o vazio deixado por um Congresso desmoralizado, lançando ações de grande envergadura ampliando a liberdade de ação do executivo, o governo perdeu um tempo precioso e enorme com a eleição da presidência da Câmara e a decisão de elevar a qualidade da aliança de apoio parlamentar ao governo. São ações inspiradas nas derrotas do passado, tanto na batalha do crescimento econômico quanto na direção da Câmara dos Deputados.

Mas podemos ser surpreendidos por frentes de luta totalmente novas, principalmente devido à dinâmica dos acontecimentos na América Latina. Com as vitórias de Rafael Correa no Equador e

Daniel Ortega na Nicarágua, e os avanços continentais de Chávez, não há dúvidas de que está em curso no nosso subcontinente um processo de mudanças políticas profundas.

Todos esses líderes latino-americanos adotaram a estratégia da ruptura. Kirchner chega a dramatizar os confrontos para construir os vínculos com seu povo. Chávez também faz isso, embora sua platéia sejam os mais pobres e não a classe média. Evo Morales foi a ponto de ocupar militarmente refinarias da Petrobrás, para ganhar votos na campanha da Constituinte.

Os primeiros movimentos do presidente indicam uma mudança de rumo, mas sem rompimento de padrões, ao contrário, reiterando a moderação e a negociação. Até que ponto é possível “mudar o Brasil” sem rompimento de padrão?

não menos, mais bolsa família e não menos); tentará limitar de modo silencioso e gradual o poder dos banqueiros, sem fazer disso uma plataforma ideológica, e terá maior presença do Estado e não menor. Tentará superar o atraso nos investimentos de infra-estrutura, mas sem garantia alguma de que conseguirá resultados importantes.⁶

O presidente pediu ao ministro da Fazenda que apresente um plano de crescimento acelerado baseado em incentivos fiscais ao investimento; pediu ao Ministro das Comunicações um plano de implantação de

Não se trata apenas de diferenças de estilo, embora os estilos tenham também o seu peso. Trata-se de processos políticos totalmente diversos: na Bolívia e no Equador, levantes populares derrubaram presidentes, levando ao poder, pela primeira vez na história, as comunidades indígenas; na Argentina também foram derrubados presidentes num processo de rebelião das classes médias empobrecidas tão violento que habilitou Kirchner a dar o calote em boa parte da dívida externa, fato também inédito na história da América Latina. Chávez aprofunda sua “revolução bolivariana”, associando-a à palavra socialismo e a um espaço continental. Em todos esses países, privatizações foram interrompidas, e em alguns recursos naturais estratégicos foram estatizados.

Instalou-se na América Latina um novo tipo de democracia direta e plebiscitária, combinando formas pacíficas de manifestação e referendos para mudar a Constituição com demonstrações de força dos



Instalou-se na AL um novo tipo de democracia direta e plebiscitária, manifestações pacíficas e referendos combinam-se com demonstrações de força dos movimentos populares. O momento é favorável: o “imperialismo” está muito ocupado com o Iraque

movimentos populares. O momento é favorável: o “imperialismo” está muito ocupado tentando digerir o Iraque; as *commodities*, o petróleo e o etanol são hoje tão indispensáveis à economia mundial como era o açúcar na era das descobertas.

Trata-se de um processo veloz, que deve desencadear novos conflitos, ainda mais intensos, e reações violentas dos derrotados, como já acontece na Bolívia e no México.

Como fica a liderança de Lula nesse cenário? Até que ponto o gradualismo e a moderação de Lula ainda servem a esse momento histórico? Se Lula foi a grande âncora desse processo, a garantia de que não haveria aventuras ianques contra Chávez ou Evo Morales, qual agora o seu papel? Será ainda mais valorizado?

Ou ele se esgotará frente às inevitáveis tensões desse novo cenário?

Nós desencadeamos o processo de integração autônoma da América Latina mas podemos ser atropelados. Talvez Lula consiga acelerar os projetos de integração física do continente e com isso contrabalançar a influ-

ência de Chávez e restabelecer sua liderança. Mas nada disso será possível se continuarmos sem um projeto nacional e sem uma mística, sem crescimento econômico vigoroso, apenas obedecendo a pedacinhos de papel assinados por burocratas medíocres.

Notas

1 Este artigo foi escrito num momento em que ainda não se conhecia o ministério completo do segundo mandato de Lula e nem o conteúdo preciso de seu Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

2 Juros de 2% ao mês para empréstimos garantidos por desconto em folha de pagamento em ambiente de inflação quase zero são exorbitantes; equivalem a quase 30% ao ano.

3 Mas sofreram grandes danos e perda de emprego três setores mais atingidos pela queda do dólar: calçados, mobiliário e têxteis.

4 Esse superávit é definido de modo a isolar das medidas restritivas o pagamento dos juros. O governo mantém-se estranhamente preso a essa categoria, mesmo depois de terminado o acordo com o FMI por efeito do pagamento antecipado dos empréstimos. Agora diz que pretende reduzir esse saldo de 4,25% do PIB, como está na Lei de Diretrizes Orçamentárias, para 3,75%, transferindo a diferença para o Projeto Piloto de Investimento (PPI), permitido pelo FMI para investimentos que permitiriam ganhos futuros importantes.

5 Como são os casos da nova Lei de Falências, Lei da Afetação Imobiliária, isenção de impostos a investidores estrangeiros em títulos públicos e o cadastro do bom pagador. A última delas, já no segundo mandato, é a quebra do monopólio do mercado de resseguros, exercida pelo Instituto de Resseguros do Brasil.

6 As primeiras iniciativas do segundo mandato foram: assinatura de um acordo formal com as centrais sindicais instituindo um mecanismo permanente de valorização do salário mínimo; antecipação da forma-

ção da Força de Segurança Nacional para ajudar no combate ao crime organizado no Rio de Janeiro; suspensão dos editais de concessão de rodovias à administração privada para reavaliação dos contratos, considerados abusivos; retomada da construção dos quatro metrô sob co-responsabilidade federal; retomada do projeto de transposição do Rio São Francisco, lançando-se os editais de especificação técnica da primeira fase da obra; sanção presidencial à Lei do marco regulatório do saneamento básico.